

# Urgente regulamentar a conversão informal

Informa-se que os técnicos do Banco Central vêm estudando, nas últimas semanas, formas de regulamentar as operações informais de conversão de dívida em capital, abordadas em recente editorial. Isso porque a conversão informal não só vem pressionando as cotações do dólar no mercado paralelo mas também, pelo que se verifica na prática, muitas vezes não produz benefício para o País, no sentido de que não assegura que empréstimos externos ou parcelas deles sejam objeto de quitação para o País.

Melhor explicando: um operador nesse mercado, que se está tornando cada vez mais ativo, pode negociar com o devedor o pagamento antecipado em cruzados de uma operação, mediante, naturalmente, um desconto. Com os cruzados recebidos, ele adquire dólares no "black" e faz a liquidação junto ao credor. Com isso, ele passa a ser detentor do título representativo da dívida. Se ele não tomar a iniciativa de fazer com que o empréstimo seja baixado no Banco Central, o País corre o risco de ter de pagar novamente uma dívida já liquidada no exterior ou permitir que se-

jam feitas remessas ao exterior, a título de juros, sobre um empréstimo que não mais deveria ser considerado "em ser".

O Banco Central, naturalmente, tem registros de todas as operações contratadas por empresas brasileiras no exterior, através da Resolução nº 63 ou da Lei nº 4.131. Mas, como não possui a titularidade do empréstimo, no caso das operações denominadas de "bicicleta", passa ao agente que fez a liquidação junto ao banco credor. Assim, o Banco Central não teria meios para cobrar do devedor o equivalente em cruzados.

Presume-se que o "bicicleteiro" tenha realizado a operação não apenas com vistas a auferir um lucro (o desconto proporcionado pelo credor) mas também para poder utilizar o valor total em dólares do empréstimo para investir no Brasil. Mas nada impede que, possuindo o título da dívida, ele não possa mantê-lo no exterior, passando a possuir, de fato, um crédito em moeda estrangeira, livremente negociável.

Segundo comentam técnicos que têm observado atentamente a evolução das operações de con-

versão informal de empréstimos, o Citibank, em Nova York, que faz o monitoramento da dívida brasileira, por delegação dos bancos credores, não estaria em condições de detectar as "bicicletas", mas tão-somente a mudança da titularidade, dado o sistema estagnado que utiliza para controle.

De qualquer forma, a impressão que se tem é de que as chamadas conversões informais não têm levado, em grande volume, à baixa dos respectivos empréstimos no Banco Central. Conforme tem sido noticiado, somente US\$ 500 milhões, aproximadamente, de operações de conversão deram baixa nos registros da dívida externa do Banco Central, sem que tenha havido fechamento de câmbio. Ninguém pode afirmar, com segurança, a quanto chegaram, até agora, as conversões informais, mas as estimativas variam entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões.

Tudo isso mostra a necessidade urgente de que as autoridades monetárias tomem providências para regulamentar esse mercado e, evidentemente, não só pensando na influência que ele vem tendo

sobre o "black", mas de modo que o País possa auferir todas as vantagens que as conversões informais podem proporcionar.

Entre as propostas que vêm sendo analisadas, tem sido mencionada a exigência de que o pagamento antecipado do empréstimo pelo devedor final seja feito sob a forma de depósito dos cruzados na conta corrente dos estrangeiros não residentes no País ou em outra conta, caso o intermediário na operação seja um brasileiro. Isso permitiria que o devedor fosse identificado, bem como o receptor dos recursos.

O problema, naturalmente, é como fazer o controle. Tudo parece indicar que o governo, na impossibilidade de detectar todas as operações, instituiria um imposto ou multa, de valor elevado, a ser aplicado aos intervenientes nessas operações que não tenham providenciado a baixa no Banco Central. Espera-se que, sendo essa medida punitiva aplicada algumas vezes, ela desencorajaria as "bicicletas". O tema é complexo e demanda estudos acurados, mas o essencial, repetimos, é não perder tempo.